

DECLARAÇÃO DE DE QUE NÃO TEM RENDA FIXA

Eu, 1909 Victor Doulino de 1902 abaixo assinado, portador(a) do RG nº 30 68 33 7 - 8, CPF nº 400.712.932-30 integrante do grupo familiar do candidato 1900 Victor Noguino de 1902 por integrante do grupo familiar do candidato 1900 Victor Noguino de 1902 por integrante do grupo familiar do candidato 1900 Victor Noguino de 1902 por integrante do grupo familiar do candidato 1900 Victor Noguino de 1902 por integrante do grupo familiar do candidato 1900 Victor Noguino de 1902 por integrante do grupo familiar do candidato 1902 por integrante do grupo familiar do candidato 1900 Victor Noguino de 1902 por integrante do grupo familiar do candidato 1900 Victor Noguino de 1902 por integrante do grupo familiar do candidato 1900 Victor Noguino de 1902 por integrante do grupo familiar do candidato 1900 Victor Noguino de 1902 por integrante do grupo familiar do candidato 1900 Victor Noguino de 1902 por integrante do grupo familiar do candidato 1900 Victor Noguino de 1902 por integrante do grupo familiar do candidato 1900 Victor Noguino de 1902 por integrante do grupo familiar do candidato 1900 Victor Noguino de 1902 por integrante do grupo familiar do candidato 1900 Victor Noguino de 1902 por integrante do 1900 Victor Noguino de 1900 Vict
de XXX, XXX, fato que impossibilita apresentação de comprovantes de rendimentos junto à Universidade Federal do Amazonas.
Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal*. Manaus, 08 de Florino de 2023.

Assinatura do Candidato ou Membro Familiar Declarante.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.





^{*}Falsidade ideológica